

EUA X Venezuela: o espelho do Brasil polarizado



» CHRISTIANY FONSECA
Cientista política e doutora em
sociologia pela Ufscar

O primeiro reflexo do Brasil polarizado diante da intervenção dos Estados Unidos na Venezuela não foi geopolítico. Foi tribal. As torcidas que hoje organizam o debate político entre bolsonarismo e esquerda correram para interpretar o que acontecia no país vizinho como extensão da própria guerra doméstica. Para uma parte, a ação americana virou cruzada moral contra um ditador. Para outra, qualquer crítica ao chavismo passou a ser tratada como submissão automática ao imperialismo. É a cegueira típica das torcidas. Não se olha o tabuleiro regional, não se analisa o precedente internacional, apenas se reage a partir do próprio espelho político. Nesse ambiente, o mundo real desaparece.

Esse ambiente polarizado começa a se converter, de forma explícita, em instrumento eleitoral para as eleições de 2026. A crise venezuelana passa a ser colada ao governo Lula como rótulo político, reativando o discurso de que o presidente seria conivente com ditaduras e que o Brasil estaria a caminho de se tornar uma "nova Venezuela". Ao mesmo tempo, presidenciáveis de direita e extrema direita já sinalizam alinhamento elogioso à postura de Trump, exaltando a

ação americana como demonstração de força e decisão, sem qualquer problematização sobre soberania.

Feita essa constatação sobre o Brasil, é preciso olhar para os fatos. Não há relativização possível sobre o que representou o regime de Maduro. A Venezuela foi submetida a um governo autoritário, marcado por perseguição política sistemática, repressão, captura das instituições e colapso econômico profundo. A miséria não foi acidente, mas consequência direta de um modelo de poder concentrado em uma elite burocrática enquanto milhões de venezuelanos eram empurrados para fora do país. A rejeição social a Maduro é compreensível.

O ponto crítico surge depois. A captura de Maduro foi justificada pelo discurso do combate ao narcotráfico, mas as falas iniciais de Trump deixaram claro que a democracia não era o eixo da ação. O foco foi material. Controle, influência e acesso ao petróleo venezuelano. Direitos humanos e crime organizado funcionaram como moldura moral, subordinando a soberania venezuelana a interesses estratégicos.

É nesse ponto que o episódio venezuelano dialoga diretamente com o Brasil. O país acabava de recompor, no último ano, uma relação com os Estados Unidos marcada por tarifas, ameaças comerciais e constrangimentos diplomáticos, tensionamentos que, em determinado momento, tiveram como pano de fundo o discurso de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro e um suposto alinhamento político-ideológico.

E nesse contexto que o discurso do presidente Lula deve ser lido. Ao condenar a ação, afirmar a violação da soberania e do direito internacional e defender o multilateralismo sem citar nominalmente

Trump ou os Estados Unidos, o presidente fez uma escolha deliberada. Optou por criticar o método sem escalar o conflito. Foi pragmatismo, não concessão.

Em um cenário de precedentes perigosos, a contenção foi estratégia, não silêncio. Até porque o risco contemporâneo não se expressa apenas por tanques ou intervenções diretas. Instrumentos silenciosos, porém eficazes, já foram utilizados no passado recente, inclusive contra o Brasil, que passou a incomodar os Estados Unidos por seus movimentos no tabuleiro internacional, pela ampliação do protagonismo no Brics, pelo debate sobre a redução da centralidade do dólar e pelo peso estratégico de seus minérios.

O posicionamento do presidente, tido como blasé, não agradou às duas principais torcidas do tabuleiro político brasileiro. A direita instrumentalizou a fala de Lula para reforçar a caricatura de que ele seria conivente com regimes autoritários, enquanto a esquerda reagiu com frustração por esperar um confronto mais direto com Trump.

A Venezuela, vista do Brasil, revela menos sobre Caracas e mais sobre nossas próprias limitações. Expõe como a polarização interna converte a geopolítica em torcida, transforma métodos de força em aplauso ou rejeição automática e bloqueia a compreensão do que está em jogo. Ao naturalizar a violação de regras em nome de discursos morais convenientes, legitima-se um precedente que ultrapassa governos e ideologias. Quando isso ocorre, o problema deixa de ser um governante específico e passa a ser o próprio funcionamento do sistema internacional. E esse risco não escolhe lado nem poupa quem hoje acredita estar protegido.



Senac-DF: um dos pilares do desenvolvimento da capital



» JOSÉ APARECIDO FREIRE
Presidente do Sistema
Fecomércio-DF/Sesc/Senac/
Instituto Fecomércio

VÍTOR CORRÊA
Diretor regional do Senac-DF

A atuação do Senac-DF em 2025 esteve intimamente ligada ao desenvolvimento econômico e social de Brasília a partir de quatro vetores: (1) geração de oportunidades para pessoas de baixa renda, sobretudo juventude; (2) expansão territorial e do portfólio; (3) inovação do modelo de ensino e das estruturas; e (4) preservação da memória, com estímulos ao turismo.

A missão do Senac-DF de educar para o trabalho fortalece o desenvolvimento das 260 mil empresas de comércio, serviços e turismo, que geram 720 mil empregos formais. No entanto, ainda há desafios importantes na cidade: maiores renda per capita e desigualdade social do Brasil, embora o desemprego tenha atingido o menor índice da série histórica do IBGE: 8%.

A reversão desse quadro passa por maciço investimento na formação da juventude. No DF, 7,22% da população tem entre 14 e 18 anos, idade central para preparação ao mundo do trabalho. O Senac-DF registrou 29 mil matrículas em 2025, sendo 30,71% nessa faixa

etária. Os programas Técnico no Ensino Médio e Jovem Aprendiz bateram recordes e seguirão crescendo.

A desconcentração de unidades é outro fator que gera inclusão produtiva, com qualificação mais perto de casa. Em 2026, mais três RAs terão unidade do Senac-DF: Planaltina, Recanto das Emas e Cândangolândia. E já são 210 cursos diferentes, com destaque para aqueles voltados à economia criativa (comunicação, audiovisual, marketing, produção de conteúdo para internet).

A inovação permite que a instituição atue no presente, conectando-se com o futuro do trabalho. Nossos 207 ambientes pedagógicos são tecnológicos, com simuladores e laboratórios. E cada estrutura do Senac-DF transforma realidades locais, como é o caso do Setor Comercial Sul. A nova unidade recebeu 4,6 mil matrículas em 2025 e vem mais uma em 2026, com outras 7 mil matrículas.

Se aprender fazendo é uma realidade no Senac-DF, podemos dizer o mesmo da preparação de nossos alunos nas habilidades socioemocionais. Requisitos comportamentais (71%) já vencem os conhecimentos técnicos (53%) quando as empresas definem os principais critérios para contratação. O modelo pedagógico próprio do Senac, baseado na metodologia ação-reflexão-ação, dá o tom.

Há, ainda, etapas avançadas que vão além da simulação da prática profissional. Na empresa pedagógica, alunos formados se aperfeiçoam em contexto real de aprendizagem, como acontece no café-escola Senac Casa de Chá e no salão-escola Senac Geração Pro. Teremos, também, uma nova experiência em 2026, com a criação do Centro de Referência em

Inovação e Tecnologia, o Crit.

E não para por aí! Sempre respeitando a história, aliada ao método de ensino, o Senac-DF criou o Circuito Cultural de Arte e Educação para incentivar a fruição ensino-aprendizagem a partir de elementos e obras artísticas. Temos escultura de Omar Franco, grafites de Onir e de Paulo Corujito, estátua de Leo Santana e quadros de Ralf Braga, Ricardo Caldeira e Paula Calderón.

E vem muita coisa boa por aí! O ano de 2026, aquele que marca o encerramento deste primeiro ano de gestão do Senac-DF, reserva realizações para Brasília. O início de duas obras promete revolucionar a educação profissional e tecnológica: (1) o maior Centro de Educação Profissional do Senac-DF, na BR-020, em Planaltina; e (2) a novíssima edificação na unidade própria mais antiga da instituição, localizada na 703/903 Sul.

O nosso crescimento em apenas seis anos foi de 83,12%, saindo de 4,5 milhões de horas-aula executadas, em 2019, para 8,4 milhões, agora em 2025. É por essas e outras que frisamos: seguiremos sonhando e sonhando alto para realizar, sempre inspirados pela osadia da epopeia da construção de Brasília e de seu significado para a história do Brasil.

E a melhor expressão desses sonhos está estampada no Planejamento Estratégico do Senac-DF para os ciclos 2026-2030 e 2030-2034, com compromissos traçados para que a instituição consolide a referência regional em educação profissional e tecnológica e contribua ainda mais para desenvolvimento da capital, sendo um de seus pilares econômicos e sociais.

Salvar o Cerrado começa pelos rios



» PAULA BELMONTE
Deputada distrital, segunda
vice-presidente, procuradora
Especial da Mulher e presidente
da CPI do Rio Melchior na
Câmara Legislativa

D urante muitos anos, o Rio Melchior foi tratado como um problema invisível. Um rio transformado em destino final de esgoto, chorume e omissões do poder público. Um curso d'água que corta o Distrito Federal e que, por muito tempo, simbolizou o abandono ambiental imposto às comunidades do seu entorno. A CPI do Rio Melchior, finalizada em 15 de dezembro na Câmara Legislativa, foi criada para romper com essa lógica e estabelecer um novo marco de responsabilidade para o Distrito Federal.

O relatório final da CPI representa um marco para Brasília. Não apenas pelo volume de informações reunidas — mais de mil páginas de dados técnicos, laudos, oitivas e provas, mas principalmente porque transformou denúncias em caminho concreto de recuperação ambiental e social. A partir dele, estabelece-se um novo marco institucional, que reconhece o Rio Melchior como um rio passível de recuperação.

Uma das principais recomendações do relatório é a reclassificação do Rio Melchior da Classe 4 para a Classe 3. Essa mudança impõe regras mais rígidas de controle, tratamento de efluentes e fiscalização, cria obrigações legais mais severas e abre espaço real para a revitalização do curso d'água. É a base jurídica necessária para virar a página de décadas de degradação ambiental.

A CPI também revelou falhas graves na gestão ambiental, no tratamento de esgoto e do chorume e na atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização. O que ficou evidente é que o problema está na ausência de decisão política, planejamento e prioridade por parte do governo ao longo dos anos. Nossa objetivo, com a CPI, foi justamente criar as condições para que essas omissões não se repitam e para que as responsabilidades sejam assumidas.

Além de apontar falhas e responsabilidades, a CPI teve caráter propositivo. Ao longo dos trabalhos, a comissão conheceu e analisou boas práticas no manejo de resíduos sólidos e no tratamento da água adotadas em cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, e em países europeus, como Suécia e Alemanha. Essas experiências demonstram que é possível conciliar desenvolvimento, eficiência ambiental e qualidade de vida, desde que haja decisão política, planejamento e compromisso com soluções sustentáveis. A CPI buscou justamente apresentar referências concretas para a implementação de políticas públicas eficazes no Distrito Federal.

A recuperação do Rio Melchior tem impacto que vai muito além de suas margens. Ela dialoga diretamente com a preservação do bioma Cerrado, o berço das águas do Brasil. É no Cerrado que nascem algumas das principais bacias hidrográficas do país, responsáveis por abastecer milhões de brasileiros. Quando um rio do Cerrado adoece, todo o sistema sente. Quando ele se recupera, o efeito é profundo e multiplicador.

Recuperar o Rio Melchior significa permitir a regeneração do solo, a descontaminação dos lençóis freáticos, a melhoria da qualidade da água e o retorno gradual da fauna. Significa também devolver dignidade às comunidades que convivem diariamente com os impactos da poluição, muitas vezes sem resposta do Estado.

Em um cenário de mudanças climáticas, escassez hídrica e eventos extremos cada vez mais frequentes, cuidar dos rios deve ser política de prevenção, não de reação. E investir hoje para evitar tragédias ambientais, crises de abastecimento e custos sociais muito maiores no futuro.

Tratar a proteção ambiental como obstáculo ao desenvolvimento é um erro histórico. Experiências bem-sucedidas mostram que equilíbrio ambiental gera segurança jurídica, atrai investimentos e promove crescimento econômico e social com responsabilidade. Política ambiental séria é política econômica inteligente.

A CPI do Rio Melchior mostrou que é possível fiscalizar com responsabilidade, coragem e base técnica. Mostrou também que cuidar do meio ambiente é cuidar das pessoas, porque são sempre os mais vulneráveis que sofrem primeiro quando o Estado se omite diante da degradação ambiental.

O desafio, agora, é garantir que as recomendações do relatório sejam plenamente implementadas. Monitorar, cobrar, fiscalizar e agir para que o Rio Melchior nunca mais seja tratado como um problema a ser escondido. Sua recuperação representa uma escolha política clara. Proteger o Cerrado, respeitar a vida e planejar o futuro de Brasília com responsabilidade, transparência e compromisso com as próximas gerações.

Salvar o Cerrado começa pelos rios. E o Rio Melchior precisa, definitivamente, fazer parte dessa história de recuperação.